



**CÂMARA
MUNICIPAL**
DE ANÁPOLIS

REQUERIMENTO Nº

DE 15 DE MARÇO DE 2022.

Do Vereador **PROFESSOR MARCOS**

Requer ao Poder Executivo que os professores em situação de readaptação possam cumprir sua carga horária contabilizada em hora/aula e não hora/relógio, de acordo com o Estatuto do Magistério.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Anápolis:

O Vereador, abaixo assinado requer a V.Ex^a. ouvida a casa, e com base no Artigo 136, VII do Regimento Interno, solicitar ao Poder Executivo que os professores em situação de readaptação possam cumprir sua carga horária contabilizada em hora/aula e não hora/relógio, de acordo com o Estatuto do Magistério.

JUSTIFICATIVA

Sirvo-me do presente para requisitar informações acerca da implementação de Orientações sobre ponto eletrônico, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, em que restou a determinação para que os gestores, coordenadores gerais, coordenadores técnicos, coordenadores pedagógicos, **professores readaptados**, auxiliares de educação, cuidadores, agentes administrativos, ASHAS, merendeiras, vigias e motoristas adotem, para fins de contabilização de carga horária, a aferição de hora relógio.

Referido procedimento, no tocante aos professores readaptados, deve observar o artigo 46, § 1º, da Lei Municipal Nº 211/2009, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, veja-se:

Art. 46. O professor será investido para sua readaptação em outra função de magistério, ou não, mais compatível com sua capacidade física ou intelectual quando comprovadamente, através da Junta Médica Oficial do Município, se revelar, sem dar causa à demissão ou exoneração, inapto para o exercício das atribuições, deveres e



**CÂMARA
MUNICIPAL**
DE ANÁPOLIS

responsabilidades da docência.

§ 1º. A readaptação será efetivada de ofício ou a pedido, para função de igual vencimento, com todos os direitos e vantagens e, preferencialmente, no mesmo local de exercício da lotação do professor, resguardando sua jornada de trabalho anterior à readaptação não podendo exceder a mesma em horas.

Assim, é o presente para esclarecer se a determinação ora apontada está observando os critérios apontados na lei, tendo em vista que a legislação em vigor se sobrepõe à orientação do Órgão em questão.

Nesses termos, pede deferimento.

Sala de Sessões, em 15 de março de 2022.

PROFESSOR MARCOS

Vereador

*Presidente da Comissão de Educação, Cultura,
Ciência e Tecnologia*